
Ranking de Notícias: Mudança na correção monetária do FGTS foi destaque

A Taxa Referencial deixou de refletir as mudanças da moeda brasileira há quase 15 anos, sendo inadequada para a atualização monetária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Essa é a tese de três decisões da Justiça Federal no Paraná que mandam a Caixa Econômica Federal atualizar o valor do benefício pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Em todas elas, o juiz federal Diego Viegas Vêras, da 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, disse que esse índice do IBGE é o “mais abrangente” para medir a “real inflação” do país. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Pela internet

Para facilitar o acesso ao Judiciário e economizar tempo, um juiz da comarca de Patrocínio Paulista (a 413 km da capital do estado de SP) está atendendo advogados pelo Skype — programa de telefonia com vídeo pela internet. O juiz Fernando da Fonseca Gajardoni diz que adotou a tecnologia motivado pelos problemas enfrentados por advogados de outras cidades, como Franca, Ribeirão Preto e São Paulo, que são obrigados a se deslocar quando precisam despachar na comarca em que ele atende. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Disputa por espaço

O Ministério Público e o Tribunal de Justiça de São Paulo vão tentar uma nova conciliação para resolver o embate sobre a desocupação das salas que os promotores de Justiça ocupam nos fóruns do interior do estado. A pedido do tribunal, o desembargador Luis Ganzerla, do Órgão Especial, suspendeu, por 60 dias, Mandado de Segurança que trata da desocupação dos espaços nos fóruns de Carapicuíba, Santos, Sorocaba e São Vicente. O despacho é do dia 21 de janeiro. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

ESPECIAIS

Entrevista de domingo

A presidente da Associação Brasileira de Direito da Tecnologia da Informação e das Comunicações (ABDTIC), Ana Luiza Valadares Ribeiro, foi a entrevistada desta semana na **ConJur**. Questionada sobre o Marco Civil da Internet, a advogada afirmou que o projeto foi criado para funcionar como “carta de direitos do internauta”, mas o Congresso Nacional mudou seu rumo e passou a ser sobre negócios. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*

Coluna da semana

Na coluna Sociedades S.A. a advogada Lara Selem e o especialista em comunicação Rodrigo D’Almeida Bertozzi ensinam os dez mandamentos do advogado que é empreendedor. O primeiro mandamento afirma que é preciso ser perseverante. “Implementar o seu sonho não é tão fácil quanto você pensa que é. Leva anos. E muito mais se você não se manter focado, organizado e entender que você não conseguirá crescer de verdade se não arriscar de vez em quando, enquanto mantém a cabeça no lugar nos momentos de crise”, contam. *Clique [aqui](#) para ler.*

Artigo da semana

Em artigo publicado no dia 19 de janeiro, advogado e professor da FGV Direito Rio Felipe Asensi, conta que é comum estudantes de Direito criarem monografias como se fossem petições. “Monografia não é petição inicial, e isto também serve para dissertações de mestrado e teses de doutorado. Com frequência, os estudantes de direito, independente de em qual nível estejam, tendem a reproduzir um vício compartilhado pelos seus professores que, por sua vez, reproduzem um vício compartilhado por seus antigos professores: a ideia de que a produção acadêmica tem que se assemelhar a uma petição inicial!” Clique [aqui](#) para ler.

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 384,7 mil visitas e teve 907,8 mil visualizações de página de 17 a 23 de janeiro. A terça-feira (21/1) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 68,9 mil visitas.

O texto mais lido da semana, com 7,1 mil acessos, foi sobre a iniciativa do juiz Fernando da Fonseca Gajardoni de utilizar a tecnologia para atender advogados. Assim como a ministra do Superior Tribunal de Justiça Nancy Andrighi, o juiz do interior de São Paulo adotou o Skype para facilitar o acesso ao Judiciário e economizar tempo. Clique [aqui](#) para ler.

O segundo texto mais lido, com 7 mil acessos, foi a coluna do procurador Lênio Streck no qual ele aborda a decisão do Superior Tribunal de Justiça Desportiva que rebaixou a Portuguesa. “Ora, no caso do *affair* Lusa-Flamengo-CBF-STJD, simplesmente cabe aplicar a fórmula “Jardel-Bicudo-Dadá”: o regulamento da CBF tem de obedecer a lei maior (aliás, uma lei). Se a lei estabelece que uma decisão do STJD deve ser publicada para só depois valer, é porque a decisão-só-vale-depois-que-for-publicada! Simplíssimo”, diz. Clique [aqui](#) para ler.

As 10 mais lidas

[Juiz do interior de São Paulo atende advogados pelo Skype](#)
[Regulamento da CBF — tá lá um corpo estendido no chão!](#)
[Correção monetária do FGTS deve ser feita pelo IPCA](#)
[STJ anula convocação exclusiva de aprovados em concurso](#)
[Pedrinhas: as lágrimas que me descem em slow motion](#)
[Vício de estudantes gera monografias iguais a petições iniciais](#)
[Vídeo mostra presos decapitados no Maranhão](#)
[Os dez mandamentos do advogado que é empreendedor](#)
[Casais devem compreender comunhão parcial de bens](#)
[CNJ arquiva reclamação da Telexfree contra desembargador](#)

Destaques da Semana

[OAB quer entrar em ação sobre acesso a dados da Receita](#)
[Google deve fornecer dados à PF mesmo sem ordem judicial](#)
[Prazo para desocupação de salas do MP em fóruns é suspenso](#)

[Juiz do interior de São Paulo atende advogados pelo Skype](#)
[Google não precisa retirar conteúdo de seu sistema de busca](#)
[STJ veta honorários em cumprimento provisório de sentença](#)
[Juízes de SP e RJ têm posições antagônicas sobre "rolezinhos"](#)
[Mudança nos horários de trabalho gera dano moral coletivo](#)
[OAB forma novo grupo para monitorar sistema carcerário](#)
[Município inadimplente pode receber recurso da União](#)
[“Marco Civil da Internet passou a ser sobre negócios e economia”](#)
[Recurso pode ser apresentado antes de decisão ser publicada](#)
[Dano moral coletivo não se baseia em conduta individual](#)

Date Created

25/01/2014